

“CONSTITUIÇÃO: O QUE É QUE EU TENHO A VER COM ISSO?” SENTIMENTOS E UTOPIA NO MOVIMENTO PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE NO PARANÁ.

OZIAS PAESE NEVES ¹

O presente texto provém de reflexões iniciais de pesquisa doutoral em curso no programa de pós-graduação em História da UFPR, na linha de pesquisas Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na história; e aborda sentimentos e utopias no período da transição política do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte entre os anos de 1985 e 1988 no estado do Paraná.

As pesquisas sobre a ditadura de 1964 e a transição política constituem um campo consolidado na historiografia e nos últimos anos têm um novado interesse na esfera pública com as criações das Comissões de Mortos e Desaparecidos (1995), da Anistia (2001) e da Verdade (2012) para tratar da memória, reparações e punições. Lamentavelmente o campo político é marcado por notáveis déficits se comparado com as ações e a relevância social das discussões sobre a temática na Argentina, Chile e Uruguai. Tais dificuldades estão relacionadas ao processo de transição inacabado e a permanência de integrantes ou apoiadores do regime ditatorial em significativos postos políticos e sociais, como importantes meios de comunicação.

De outro lado, apesar de existirem esforços acadêmicos para tratar do período ditatorial e da transição, o mesmo não acontece para tratar do momento posterior à troca dos generais pelos governantes civis. É sobre essa lacuna, particularmente o caso do MPPC do estado do Paraná, que se desenvolve nossa pesquisa. Tomamos como ponto de partida a intersecção entre o MPPC e os embates travados durante a ditadura pelos movimentos contra a tortura e em prol da anistia e das diretas já. Nessa etapa de transição, já sob o governo civil, mas com forte presença do ideário militar, o jogo político tem alterada drasticamente sua configuração com novas tintas

¹ Mestre e doutorando no programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná, bolsista da CAPES.

democráticas. É nesse período que o MPPC emerge buscando impedir a construção de um pacto político conservador nas eleições de 1986 e durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-8. Nossa pesquisa propõe voltar o olhar o campo das sensibilidades que transparecem de suas pautas e ações; para tanto, utilizaremos como ferramentas teóricas e abordagens que ligam ampliam a definição do político e ensejando o debate sobre o papel dos sentimentos e utopia (ANSART, 2001).

As atas de formação boletins e jornais do MPPC nos servirão de amostra dos sentimentos e das utopias que podemos encontrar naquele movimento que vivia uma situação dúbia, de um lado a exultação pela saída do último presidente general, de outro, o temor da persistência das redes de poder velhas elites oligárquicas (somadas às viúvas do regime derrotado) a construir o novo pacto político.

PENSAR A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO PARANÁ

A transição política que culminou com o término da ditadura de 1964, apesar de ser um objeto relativamente recente possui várias camadas de estudos. No princípio foram relevantes os trabalhos de brasilianistas pelo acesso privilegiado a algumas fontes negadas aos pesquisadores brasileiros, da mesma forma destacava-se a investigação na ciência política que partiu para análises institucionais. Essa primeira leva de trabalhos inaugurou a transitologia caracterizada por: a) ênfase nos atores políticos, seus interesses, valores e estratégias; b) destaque para valores endógenos de cada país; 3) adoção de conceito minimalista de democracia, a la Schumpeter, modo de seleção de lideranças (CODATO, 2005:83).

Em seguida tal perspectiva deu lugar ao debate sobre o controle da transição: coube estritamente aos militares ou teve impulso em movimentos populares? De modo sintético podemos delimitar três grandes linhas historiográficas: a primeira enfatiza o papel dos movimentos sociais de oposição e (ou) resistência democrática, que teriam sido decisivos na chamada crise da ditadura e na volta dos militares aos quartéis. Seria a insatisfação com o fim do milagre econômico; a segunda seria

complexa e sofisticada, a abertura não foi pensada em face da crise do milagre, mas, ao contrário, devido ao seu sucesso, procura-se compreender melhor a alternância entre linha moderada e dura e valoriza-se a linha dura e só com o movimento do ABC em 1978 a ditadura perde o controle; por fim, a terceira linha interpretativa vê os movimentos de oposição atuando em todo período, centra a explicação nos conflitos dentro da corporação militar. Os militares jamais perderam o controle, o processo, o ritmo é dado por tais disputas. O governo civil garantiria o não revanchismo. A lei de anistia seria a vitória do governo (ROLLEMBERG, 2010: 95).

Para a Denise Rollemberg, na memória coletiva a primeira linha venceu, deixando-se de lado a questão da sustentação do regime; o processo de abertura iniciado no governo Geisel sintetizaria a *memória coletiva* construída sobre o regime militar e 1979 marcaria o sentido de conciliação, da transição para a ditadura a partir do ano da anistia “silenciava-se sobre o fato de que aqueles foram anos de ouro para muitos (...) a partir dali, a sociedade construía a imagem de si mesma como essencialmente democrática, que repudiara o arbítrio, desde o início, desde sempre, numa luta intransigente contra os militares” (ROLLEMBERG, 2010: 95) apontando para a explicação de que o golpe tinha sido militar, assim como a ditadura, sendo a sociedade mera vítima de tal autoritarismo. Para superar tal leitura empobrecedora dos complexos papéis sociais e pensar no misto de apoio e resistência ou *penser double*², Denise Rollemberg propõe *uma história da construção social da ditadura*, buscando evitar as mitificações que deixariam de lado a base de sustentação social do regime o risco de enquadramento da memória (POLLAK, 1986: 6); para tanto, propõe um novo diálogo para superar a dinâmica *vítima e algoz*, estudando a relação com as ditaduras a partir das suas ambivalências (NAPOLITANO, 2002, 169).

No entanto, a complexidade da realidade nacional fez com que soluções locais fossem construídas em várias unidades da nação tanto pelo regime, como por seus opositores, com isso resolvemos dedicar o olhar de nossa pesquisa às peculiaridades do estado do Paraná, afinal, se há

² A autora se vale da reflexão de Pierre Laborie para analisar o regime de Vichy como zona cinzenta, de ambivalência entre resistência e colaboração/apoio “assim o *penser-double*, a indiferença, a inocência, o mito da resistência – ou a memória superdimensionada da resistência – impõem definições ou redefinições mais elaboradas do próprio conceito de resistência” Podemos entender que no caso brasileiro há lugares que são tidos como baluartes de defesa da democracia na transição como a OAB e CNBB, porém, suas fileiras traziam posturas dúbias em boa parte do período, inclusive tem em seu passado apoio ao golpe.

riqueza no debate historiográfico sobre a transição no Brasil, o mesmo não se pode dizer sobre o período no Paraná, valendo menção ao *Resistência democrática: a repressão no Paraná* (HELLER, 1988) e *1968: o ano da derrubada do ensino pago no Paraná* (HAGEMEYER, 1998). No que tange à transição, há menos material disponível ainda, exceção aos trabalhos pioneiros de Francisco Paz sobre o jogo eleitoral nos anos oitenta em Curitiba (PAZ, 1990) e Marion Brepohl Magalhães em *O Paraná: política e governo* em que problematiza o senso comum que atribui a pecha de estado conservador, de gente pacata e ordeira e que não se importaria com projetos coletivos ou com a política

Quando se conhece, todavia, o arquivo do DOPS essa imagem é colocada em dúvida: ou bem a resistência ao regime foi muito expressiva, ou bem a repressão se tornou uma prática obsessiva, independentemente do risco efetivo oferecido pelos indiciados. Advogados, jornalistas, estudantes, parlamentares, donas de casa preocupadas com o custo de vida; sindicatos, associações, cooperativas, universidades, todos colocados sob suspeita pela polícia política, que radiografava, com riqueza de detalhes, as ações e palavras dos paranaenses (MAGALHÃES, 2001: 88).

Se Rollemberg propõe uma história da construção social dos regimes autoritários, pensamos que também está por se fazer ainda uma história da construção social do processo de democratização do Brasil. A partir da atuação no MPPC no Paraná tentaremos perceber os ditos e os não ditos, as pautas, as reivindicações, os desejos, os sentimentos, as utopias que estavam envoltos nesse processo de transição e estabelecimento do regime democrático e quais os seus silenciamentos e assim superar a dicotomia entre heroísmo e apatia da população paranaense.

De plano há que se registrar que o Paraná era até há pouco rural resultado de fruto de fluxos migratórios, e que vê nos anos setenta e oitenta o quadro se alterar com um êxodo significativo para as cidades; que vive nos anos oitenta uma situação paradoxal, apesar de governos de oposição aos militares, não era exatamente o centro de trabalhadores organizados.

O MOVIMENTO PRÓ-PARTIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE NO PARANÁ:
SENTIMENTOS E UTOPIAS

Antes de ingressar na análise do MPPC cabe uma breve consideração sobre as transições políticas e as cartas constitucionais no Brasil. Cada transição política mais contundente gerou uma nova carta constitucional no Brasil, vimos isso com a República em 1891, com Vargas em 1934 e 1937, no pós-guerra em 1946 e no regime militar por duas vezes, em 1967 e 1969. No entanto, em face da escassa tradição democrática e do elitismo brasileiro, podemos dizer, que todas foram elaboradas em processos alheios à participação do povo. Nesse plano a Constituição de 1988 é diferente, trouxe consigo inúmeros tensionamentos e foi muito questionada à época por manter parlamentares não eleitos para a finalidade constituinte – os senadores biônicos, ser congressional ao invés de exclusiva e de ter significativa pressão de setores externos – como os militares e o presidente Sarney –, porém, em nenhuma outra transição política houve um processo de mobilização popular de tão grande magnitude.

Certamente não foi uma participação plena, porém não se pode negar que mais de 12 milhões de assinaturas foram coletadas, gerando 122 emendas populares (WHITAKER, 1989: 101-107) e que houve a passagem de um descrédito nas formas instituídas de poder para a esperança, até desmensurada, na *Constituição Cidadã*. A participação popular na constituinte passa a ser bandeira de inúmeros movimentos sociais que organizam movimentos, plenárias e comitês em âmbito nacional, estadual, municipal e comunitário.

Não faltam fontes sobre o período, afinal, além dos registros institucionais analisados pelos juristas e pela ciência política, encontramos muitos movimentos que fizeram registros de suas atuações por meio de boletins das manifestações, cartazes, atas de reuniões, cartilhas pró participação popular³. Tal material é rico instrumento para tentarmos compreender como o árido tema do debate da construção da nova Constituição foi ressignificado para buscar as manifestações populares, que valores e sentimentos evocavam para que as propostas, muitas delas extremamente imaginativas, viessem à tona.

³ Há diversas unidades que guardam arquivos com fontes relacionadas a tais movimentos, tais como o Museu da República com o acervo de Memória da Constituinte, assim como o CEFURIA, o Centro de documentação Vergueiro, o CEDIC, CEDEM, o AEL entre outros.

Em síntese, podemos dizer que o lento e talvez inacabado processo de transição foi marcado pela tensão entre as elites parlamentares que controlavam um jogo político e, de outro lado, como parte da configuração do jogo político (ELIAS, s.d: 78) em democratização da multiplicação de vozes e uma certa perda controle do processo transicional por parte de tais elites. Nesse cenário os movimentos sociais que tomaram várias posições de luta política durante o regime (desde luta contra tortura, anistia, eleições diretas etc) passam a pautar a sua ação em torno da necessidade de participação no processo de reconstrução das instituições políticas brasileiras. Nosso objeto de estudo nessa comunicação, o Movimento pró-participação popular na constituinte no Paraná é parte deste complexo jogo político interdependente.

Em 1985 foi criado o Plenário Nacional pró-participação popular na constituinte, formado por uma pluralidade de associações em todo o Brasil. Podemos encontrar os rastros da organização do movimento no Paraná através dos *Boletins do Movimento de Participação Popular na Constituinte - MPPC*, no primeiro deles consta, em junho de 1985, o registro das plenárias que o instituíram e uma cronologia das lutas populares na busca de melhores condições de vida, salário e liberdade. No discurso desse movimento a campanha das *Diretas Já* é caracterizada como a “maior mobilização cívica que o País conheceu. O rumo que tomou a campanha das diretas, terminando no Colégio Eleitoral deixou em todos os brasileiros um vazio, uma frustração que permanece na memória” (BOLETIM, N. 1 MPPC, 1985). A seguir, fundamentando-se no receio sobre as pouco confiáveis elites parlamentares pudessem repetir tal jogo no processo de construção das novas leis do país sugerem a necessidade da população participar da constituinte a partir de a uma metáfora futebolística

A Constituição de um país estabelece as ‘regras do jogo’ na sociedade. E no Brasil as ‘regras do jogo’ são frutos da ditadura. Assim ao contrário do futebol, onde a maioria da torcida aproveita, no Brasil cada vez mais a maioria joga e uns poucos aproveitam. Estão aí a pobreza e a miséria de um lado, a riqueza e a corrupção de outro”. (...)A tradição democrática diz que quem faz a Constituição é o povo. Como é impossível reunir todo o povo, delega-se a bandeira da constituinte é hoje uma nova oportunidade de reencontro da Nação. É o momento do povo auto constituir-se depois de 20 anos de autoritarismo. De o povo escolher qual ordem política e que tipo de progresso econômico deseja. É como diz D. Mauro Morelli, talvez este seja o último momento para se empreender uma revolução não violenta no Brasil(BOLETIM, N. 1 MPPC, 1985).

A metáfora futebolística, bastante utilizada como forma de comunicação recentemente pelo presidente Lula, remete a transliteração entre a linguagem popular e o hermético vocabulário jurídico. Nele podemos, visualizar preliminarmente um certo receio, talvez até possamos falar em ressentimento que deveria dar lugar à ação política de grupos que tomavam a representação um instrumento débil para o recente processo de democratização em curso.

Ao tratar dos objetivos do MPPC podemos vislumbrar as seguintes tarefas: a) assegurar a participação popular em todo o processo constituinte; b) buscar uma sociedade mais democrática e justa; c) exigir a eleição da Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para fins constituintes, tendo como fim: a) organizar uma ampla campanha educativa; b) conquistar reformas legais que removam o entulho autoritário e garantam uma constituinte democrática; c) empenhar-se para democratização efetiva dos meios de comunicação para debate e divulgação das propostas constitucionais; d) lutar por um poder constituinte que inclua três instâncias: consultiva em nível municipal (ou zonal); deliberativa, como Assembleia Nacional Constituinte; e plebiscitária, para aprovação do texto constitucional. E concluía dizendo que “Não pretende se constituir em comitê coordenador, já que o processo deverá atingir todas as forças da sociedade, não exclui a participação do movimento em iniciativas conjuntas” (BOLETIM, N. 1 MPPC, 1985).

As tarefas a que se dispunham o MPPC apontavam para diferentes caminhos, desde reivindicar transformações estruturais como retirar o entulho autoritário e democratizar os meios de comunicação, até a demanda pelas consultas locais e plebiscitária para aprovação do texto final da constituição. Certamente demandas democratizantes marcadas pelos temores em face das experiências recentes de uso dos instrumentos jurídicos como forma de legitimar a exceção e da força dos meios de comunicação como parte de sustentáculo do regime. Entretanto nos parece fundamental direcionar o olhar para as consultas locais ou zonais e nas campanhas educativas, pois em suas falas e nos valores embutidos transparecem com maior vigor os sentimentos dos grupos. Nesse estágio inicial de pesquisa podemos tomar como amostra desse raciocínio o seguinte diálogo, extraído de um boletim:

Personagem 1- Quem mexe com lei é doutor e político. Não nós!

Personagem 2- A constituição não é tarefa de meia dúzia de iluminados.
Personagem 3- Claro! os trabalhadores são maioria e tem que estar presentes!
(Panfleto do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, 1986)

O panfleto traz uma charge com diálogo sobre o tema da constituinte e o primeiro humilde e cético da sua capacidade de participação é “conduzido” a participar. Esse era o tom de uma das diversas de publicações produzidas em meados dos anos oitenta. Espelha o esforço dos movimentos sociais organizados buscando sensibilizar parcela da sociedade a pressionar e tomar voz no processo de transição política que culminou com a constituição de 1988.

A dinâmica da mobilização social através da noção de luta política e a pretensão de construção de um processo constituinte em que não só se pudesse dar combate às pretensões das velhas elites oligárquicas e dos interesses burgueses, mas pudesse estabelecer um marco definitivo de construção de uma sociedade mais justa e solidária, caminham pelo percurso de dois conceitos que tentaremos operar para sua análise: a utopia e o ressentimento.

O estudo dos ressentimentos na política, via Pierre Ansart⁴, tem um papel claro na abordagem dos regimes totalitarismos, mas o próprio autor se questiona se o regime democrático favorece ou desfavorece a formação dos ressentimentos (ANSART, 2001: 23). Podemos sugerir uma resposta a tal questionamento através do pensamento de Paul Zawadzki que procura desenvolver uma antropologia filosófica da democracia e relaciona esse ódio passional como um ferimento moral por meio do sentimento de indignação que indica uma certa ideia de justiça(ZAWADZKI, 2004: 374), assim a emergência da democracia dá origem a um novo conflito, colocando em confronto concepções divergentes de justiça e legitimidade. Produz ao mesmo tempo duas grandes formas de ressentimento, de significados opostos igualitário e anti-igualitário. De um lado, os sentimentos de igualdade – justificados pela democracia – apontariam para os excluídos-aviltados, de outro lado, os senhores de visão hierárquica tradicional (ou meritocrática) aviltados pela pretensão de igualação.

⁴ Nesse sentido, entendemos que a leitura original de Pierre Ansart para o conceito de ressentimento, teorizado a partir de Nietzsche e Elias, trata do ódio interiorizado e metamorfoseado na formação de regimes autoritários ou totalitários. No entanto, o próprio Ansart esclarece que é preciso atentar à diversidade das formas de ressentimento e falar de ressentimentos no plural em não de um ressentimento que tomaria as dimensões de uma essência universal.

As emoções e os ressentimentos que as fontes nos permitem buscar podem dar pistas da visão de mundo de seus produtores e da que projetavam que seu público-alvo tivesse, como vemos nas sátiras e caricaturas de magnatas, banqueiros ou industriais sendo representados como figuras exageradamente gordas, malandras (raposas), enquanto o povo (seja operariado, mulheres, crianças) como uma maioria, sempre com grupos mais extensos, alijada. Desse modo, demonstram a mulher, professora, o senhor de idade, o estudante, o sindicalista denunciando o regime de dominação promovem pautas para construção de um país diferente, para identificar que tipo de Brasil pretendiam construir. Assim, a democracia promove profunda revolução antropológica e a compaixão democrática vincula-se intrinsecamente à igualdade imaginária⁵, a revolta ou o descontentamento dos personagens clama pela imperiosa necessidade de superar aquela estrutura de dominação e desigualdade, de certa forma “o ressentimento nasce de um sentimento de impotência e injustiça numa situação de igualdade aviltada. Explicita-se numa denúncia da desigualdade, em nome do princípio da igualdade democrática”(ZAWADZKI, 2004: 385).

Nesse sentido, tanto os projetos a que se dispõe o próprio MPPC quanto o desenho de sociedade que podemos extrair de seus documentos apontam para uma sociedade desejada, utópica e em que as redes de poder sobre o operário, a mulher o idoso poderiam ser rompidas mediante esforço da maioria a pressionar seus representantes. Com isso a Constituinte teria um papel demiúrgico propondo novas regras do jogo e possibilitando – tal como uma panaceia – a sociedade desejada. Ansart nos adverte que o utopista moderno tem diante de si uma tarefa bem mais complexa que Thomas More na medida em que o campo do deliberável se ampliou infinitamente, ou seja, o olhar do utopista não se destina mais à apenas uma pequena cidade, mas a reestudar todas as modalidades de vida e relações sociais em sua totalidade (ANSART, 1978: 367).

Percebemos que alguns dos projetos básicos a que se dispuseram o MPPC não foram alcançados na arena política, de um lado tivemos a maior participação popular no processo de consulta para a Constituinte, porém, não foi realizado o plebiscito final para validar a constituição,

⁵ ZAWADZKI, Paul. O ressentimento ... op. cit. p. 381.

tampouco conseguimos redemocratizar os meios de comunicação e retirar boa parte do entulho autoritário.

De certa forma, o desenho desse desejo refundador que aponta para a dissolução das contradições e desententimentos da política, no entanto, enquanto a utopia remete ao campo do desejo, a política é o campo da necessidade; elas se completam, mas não se compreendem, portanto, “a utopia é sempre ambivalente: arruína o tempo presente, sempre se apoia no que não vai bem no mundo e, ao mesmo tempo, ela também inventa imagens de felicidade: inventa-as com sua cor, sua precisão, suas cambiâncias, sua absurdez mesmo; tem a mais rara das coragens: a do gozo”(BARTHES, 2005: 191-192).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 15-36.

_____. Rumo a uma renascença das utopias positivas. In: _____. **Ideologias, conflito e poder**. SP: Zahar, 1978.

BARTHES, R. Inéditos, vol. 4: **Política**. SP: Martins Fontes, 2005.

BRESCIANE, S. **Memória e res(sentimento)**. Indagações sobre uma questão do sensível. SP: campinas, 2004.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 25, nov. 2005 .

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, s.d.

HAGEMEYER, R. R.. **1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná**. In: MARTINS FILHO, J. R. 1968 faz 30 anos. SP: FAPESP, 1998.

HAROCHE, C. **Da palavra ao gesto**. SP: Papyrus, 1998.

HELLER, M. I. **Resistência democrática a repressão no Paraná**. RJ: Paz e Terra, 1988.

HEUER, W. Amizade política pelo cuidado com o mundo: sobre política e responsabilidade na obra de Hannah Arendt. In _____. **História: Questões & debates**. Curitiba- Pr: UFPR, n. 46, jan./jun. 2007. P. 91-112.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**. Uma história. SP: Cia das letras, 2009.

LINZ, J. J., STEPAN, A.. **A transição e a consolidação da democracia**: a experiência do sul da Europa e da América do sul. SP: Paz e Terra, 1999.

MAGALHÃES, M. B. **O Paraná Reinventado**: política e Governo: 1989.

_____. **Paraná**: política e governo. Curitiba: Seed, 2001.

NAPOLITANO, M. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo**: 1977-1984. Curitiba: Juruá, 2002.

NAXARA, M. R. C. et alli (orgs). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

O'DONNELL, G. **Análise do autoritarismo burocrático**. RJ: Paz e terra, 1990.

_____. **Reflexões sobre os estados burocráticos-autoritários**. SP: Vértice, 1987

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, RJ, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, RJ, vol 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIOUX, J.P. e SIRINELLI, J.F.. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

ROLLEMBERG, D., QUADRAT, S. **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. RJ: Civilização Brasileira, 2010.

ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. SP: Alameda, 2010.

ROSENWEIN, B. H. **História das emoções**: problemas e métodos. SP: Letra e Voz, 2011.

STELLA, B., NAXARA, M. Memória e (res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. SP: Unicamp, 2004.

ZAWADZKI, P. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANE, Stella. **Memória e res(sentimento)**. Indagações sobre uma questão do sensível. SP: Campinas, 2004. p. 371-390.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL